

## Exploração de jazida mineral terá prazo fixo

BRASÍLIA — Estabelecer um tempo determinado que atenda aos interesses nacionais, para que brasileiros ou empresas nacionais possam aproveitar os potenciais de energia hidráulica ou explorar os recursos e jazidas minerais, foi o principal ponto aprovado na sessão de ontem à noite da Comissão de Sistematização. A emenda, de autoria do Deputado Luiz Salomão (PDT-RJ), foi acolhida pelo Relator Bernardo Cabral e aprovada por 53 votos contra 32.

A emenda do Deputado apenas acrescentou os termos "brasileiros" e "contratadas por tempo determinado, no interesse nacional", ao artigo 198 do substitutivo do Relator Bernardo Cabral. Ele explicou que o termo "brasileiros", ao lado de "empresas nacionais", visou reintroduzir a figura da pessoa jurídica brasileira como titular de autorizações ou concessões de pesquisas ou lavras.

Quanto ao estabelecimento do tempo determinado, justificou que é necessário porque, "muitas vezes, o concessionário senta em cima da jazida, não a explora e não perde a concessão. A minha emenda define tempo para que o concessionário explore a jazida".

Outra emenda aprovada determina que não dependerá de autorização ou concessão da União o aproveitamento do potencial de energia renovável, de capacidade reduzida. Isto significa que pequenos proprietários poderão utilizar mananciais de água para produção de energia, através de miniusinas, para irrigação e eletrificação, contribuindo para a economia de combustível. Do Deputado Ademir Andrade (PMDB-PA), a proposta teve 60 votos favoráveis e 29 contrários.

A emenda do Deputado Ademir Andrade foi contrariada pelo Deputado Gerson Perez (PDS-PA), que previu "a abertura das comportas para a destruição do meio ambiente", a partir da liberação da exploração dos mananciais por pequenos proprietários.

Foi rejeitada uma emenda do Deputado Wladimir Palmeira (PT-RJ), determinando que o aproveitamento de energia hidráulica e mineração em terras indígenas somente poderiam ser efetuadas por empresas estatais, dependendo de prévia autorização do Estado.

Ao defender sua emenda, Wladimir Palmeira afirmou que a mineração e exploração de potencial hidráulico nas terras indígenas apenas por empresas estatais "garante a soberania nacional, serve à paz social e contempla a comunidade indígena". Ricardo Fiúza novamente falou contra, afirmando que a emenda "estigmatiza o subsolo de terras indígenas". Depois, acrescentou os seguintes argumentos:

— A atividade mineradora envolve uma fase de pesquisa, de alto risco, além de exigir elevados investimentos. Não é justo exigir este ônus do Estado. De onde sairiam os recursos para esses investimentos? Do bolso do contribuinte — concluiu Fiúza. A emenda foi rejeitada por 51 a 39.

Na sessão de hoje, a Sistematização tratará de temas polêmicos, como o monopólio na pesquisa, lavra e refino do petróleo; a questão urbana, incluindo a desapropriação; e, possivelmente, reforma agrária. No capítulo da reforma agrária, já tinham sido apresentados ontem 20 pedidos de destaque, tanto por constituintes "moderados" como por "progressistas". A questão mais polêmica será a imissão imediata na posse da terra, nos processos de desapropriação, previsto no artigo 212.

## Ulysses negocia proposta alternativa ao projeto que altera Regimento Interno

BRASÍLIA — A Mesa da Constituinte deverá apresentar uma proposta alternativa ao projeto de resolução que altera o Regimento Interno, admitindo a apresentação de emendas em plenário mas inviabilizando os substitutivos para títulos e capítulos. Este é o caminho indicado no entendimento entre o "Centrão", que colheu 310 assinaturas para mudar o Regimento, e as minorias, negociado por Ulysses Guimarães.

Logo que soube do documento do "Centrão", Ulysses procurou as lideranças para procurar uma saída que agrade a maioria. Nos segmentos de esquerda detectou apreensão quanto à apresentação, pelos "moderados", de substitutivos globais.

Segundo José Genoino (PT-SP), as minorias só não aceitam substitutivos integrais. Concordam com a

apresentação de emendas novas para parágrafos e incisos e propõem que, para que se mude integralmente qualquer seção, seja necessário o endosso de metade mais um (280). Caso se permita a apresentação de emendas globais, o PT ameaça com um processo de obstrução, exigindo o cumprimento de todos os prazos mínimos para a mudança do Regimento.

Mas o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), do "Centrão" acredita que está muito próximo o entendimento. No sábado ele esteve com o Deputado Ulysses Guimarães, que se mostrou muito receptivo a patrocinar as negociações e acelerar o andamento do projeto de resolução. Fiúza aposta na possibilidade de se votar, já na próxima terça-feira, o substitutivo da Mesa, que solucionaria a questão.



Lourenço, Sant'Anna e Luis Eduardo debatem a estratégia do Governo

## Comissão remete para lei controle do capital externo

BRASÍLIA — A presença do capital estrangeiro no País será permitida exclusivamente no interesse nacional e disciplinada por lei ordinária. A Comissão de Sistematização manteve ontem o texto do Relator Bernardo Cabral sobre a matéria — uma das mais polêmicas na Comissão de Ordem Econômica — sem sequer discuti-la.

A Comissão também aprovou sem alterar o texto de Cabral o artigo 194, que trata de outro tema polêmico, a intervenção do Estado na economia. Ficou consagrado que a intervenção e os monopólios só serão permitidos quando necessários para atender aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, a serem definidos por lei ordinária.

A Comissão aprovou ainda emenda do Deputado Aluizio Campos (PMDB-RN) que acrescenta um parágrafo ao artigo 194 e complementa o controle do Congresso sobre as empresas estatais, para impedir as associações indesejadas com o capital privado, de forma indiscriminada. Qualquer tipo de associação entre

empresas públicas e capital privado só poderá se concretizar sob o beneplácito do Congresso.

O artigo aprovado prevê também que as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios só serão criadas por lei, examinados caso a caso. Ficarão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas — inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias — e as estatais não poderão gozar de privilégios fiscais que não forem extensivos ao setor privado.

Lei ordinária reprimirá a formação de monopólios, oligopólios, cartéis e toda e qualquer forma de abuso do poder econômico que tenha por fim dominar o mercado, eliminar a livre concorrência ou aumentar arbitrariamente o lucro; definir penas nos crimes praticados contra a ordem econômica e financeira e a economia popular; e estabelecer a responsabilidade criminal da pessoa jurídica.

## Sarney viaja na quinta para inaugurar açude no Ceará

FORTALEZA — A viagem do Presidente José Sarney ao Ceará, na quinta-feira, para inauguração do Açude Edson Queiroz, foi confirmada ontem pelo Diretor Geral do Dnoes, Uirandé Augusto Borges. O Presidente e sua comitiva, que inclui a Primeira-Dama, Dona Marly, desembarcarão do Boeing presidencial às 10h40m no Aeroporto Pinto Martins. Em seguida, embarcarão, num Búfalo da FAB, para Santa Quitéria, onde fica o açude.

Estão previstos durante a solenidade, que se realizará nas proximidades da barragem, pronunciamentos do Prefeito Osvaldo Martins, do Governador Tasso Jereissati e do Presidente. Em seguida, a comitiva embarcará para almoçar em Tingüá, na fronteira com o Piauí.

Entidades representativas de trabalhadores, sob o comando da CUT e da CGT, estão se mobilizando para fazer manifestação de protesto no aeroporto. Os organizadores querem aproveitar a presença de Sarney para reclamar do aumento do custo de vida, da política salarial e da recessão.

Depois do almoço, o Presidente viajará para o Piauí. Sarney desembarcará no aeroporto de Parnaíba — 320 quilômetros ao norte de Teresina — às 17h, indo direto para a fazenda do Centro Nacional de Pesquisa de Agricultura Irrigada, no quilômetro 35 da BR-343. Depois de visitar a fazenda, o Presidente inaugurará, às

### Sabujice

**A CRIAÇÃO de 26 municípios no Maranhão poderá acontecer ou não, dependendo do atendimento a exigências da Lei.**

**MAS BATIZAR duas das unidades, como pretendem deputados estaduais, uma de "Presidente José Sarney" e outra de "Senador José Sarney" é lisonja demais. Deixa de ser homenagem para se constituir em armadilha: se o Presidente não repelir a investida dos aduladores, o ridículo o atingirá, com força de ofensa.**

**ATÉ MESMO porque, se a idéia vingar, não faltarão os padrinhos de municípios dedicados ao Deputado, ao Governador, ao poeta e assim por diante.**

18h25m, a sede do Centro, na Avenida São Sebastião, em Parnaíba. Deverão discursar o Prefeito João Silva, irmão do Governador Alberto Silva, o Governador, o Ministro da Irrigação, Vicente Fialho, e o Presidente.

O retorno de Sarney e da comitiva a Brasília está previsto para 19h50m.

# Frota: Sarney não negocia o mandato na Constituinte

BRASÍLIA — O Secretário de Imprensa do Palácio do Planalto, Frota Neto, afirmou ontem que se as forças políticas majoritárias aprovarem a redução do mandato do Presidente José Sarney para quatro anos é fundamental que "todos assumam suas responsabilidades históricas". Segundo Frota, Sarney não vai negociar a fixação do mandato de quatro anos, mas aceitará qualquer decisão da Constituinte sobre esse assunto.

Frota Neto alertou para o cuidado com as decisões tomadas de forma açodada por grupos minoritários, ressaltando também que a maioria da Constituinte não é favorável ao mandato de quatro anos. Disse ainda que no Governo não há intenção de apressar a sucessão de Sarney, nem por iniciativa do próprio Presidente nem em função de eventuais pressões de seus familiares.

— Não há dentro do Governo nada que se posicione nessa direção. Há, contudo, uma tentativa de colocar uma cortina de fumaça diante do fato novo, que é a criação do Grupo "Centrão" — disse Frota, sem no entanto afirmar diretamente que o movimento pelas diretas em 88 surge entre as lideranças que não assinaram o documento do "Centrão".

O Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, afirmou que o Presidente José Sarney está surpreso com as notícias de que tomará a iniciativa de propor eleição direta no próximo ano para Presidente. Sarney comentou com o Ministro e outros assessores que "nada disso é pertinente e nem procede", e que sua posição continua irredutível na defesa do mandato de cinco anos e da manutenção do presidencialismo. Costa Couto disse que a expectativa do Governo é de que a Sistema-

tização fixe o mandato de cinco anos na votação da disposições transitórias no próximo fim de semana.

Frota Neto disse que "alguém está tentando falar em nome da família do Presidente", quando diz que seus filhos estão querendo que tome a iniciativa de convocar as diretas. O Porta-Voz ressaltou ser "uma tentativa gerada no vazio" e, mais uma vez, disse que os constituintes terão que assumir no futuro a responsabilidade de suas decisões.

Informou que Sarney não conta com o grupo "Centrão" para a aprovação dos cinco anos, pois "não coloca a duração do mandato como fato vital no processo de transição". Segundo Frota, a posição do Presidente é muito clara, e não tem um fato novo que o leve a mudar de atitude em relação ao sistema de governo e à duração do mandato.

## PFL tenta adiar implantação do parlamentarismo

BRASÍLIA — O PFL está tentando negociar com a Comissão de Sistematização o adiamento da implantação do parlamentarismo, com o objetivo de tornar viável a candidatura do Ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves. Os parlamentaristas do PFL receiam que, com o aumento do apoio à eleição presidencial em 1988, os presidenciáveis de todos os partidos voltem a defender o presidencialismo, para governar com maiores poderes. Por isso, consideram fundamental lutar para que o parlamentarismo faça parte das disposições permanentes da nova Constituição.

Embora já tenha credenciado o Presidente do PFL, Senador Marco

Maciel, para sondar as condições de lançamento de sua candidatura, a atitude cautelosa de Aureliano está dificultando uma ação mais agressiva do partido em relação à eleição direta: o Ministro trabalhou contra o rompimento do partido com o Governo e anunciou que a transição só terminaria com a promulgação da Constituição. Agora, pressionado por segmentos do PFL que apóiam o mandato de quatro anos para o Presidente José Sarney e desejam vê-lo candidato, Aureliano tem pedido o apoio dos parlamentares do partido para agilizar a Constituinte.

Num esforço para criar condições para a candidatura de Aureliano — considerada no partido como incom-

patível com o parlamentarismo — Maciel e o Líder no Senado, Carlos Chiarelli, têm conversado com outros dirigentes partidários propondo o adiamento do novo sistema e já teriam obtido sinais de simpatia no PT e no PDT — defensores do presidencialismo. A sondagem já chegou ao Presidente do PDS, Senador Jarbas Passarinho (PA), e ao Senador José Richa (PMDB-PR).

Ontem, Maciel conversou com Aureliano sobre opções para tornar viável sua candidatura, como eleger o sucessor de Sarney sob o presidencialismo e deixar a seu encargo a mudança para o parlamentarismo — que começaria um ou dois anos antes do término de seu mandato.

## Parlamentaristas tentam um acordo com pesquisa na mão

BRASÍLIA — Com os resultados de uma pesquisa feita na Comissão de Sistematização, entregue ontem no Planalto, o grupo parlamentarista que defende cinco anos de mandato para o Presidente Sarney tentará hoje iniciar negociações com o Governo sobre o mandato e a implantação do novo sistema de governo. O levantamento revela que 33 parlamentares querem cinco anos para Sarney e o parlamentarismo apenas a partir de seu sucessor, enquanto 34 defendem o mandato de quatro anos e estão divididos entre o parlamentarismo-já e apenas no próximo Governo. Os demais têm opiniões variadas.

A pesquisa foi coordenada pelo De-

putado Cid Carvalho, amigo do Presidente. Partindo do princípio de que o mandato de quatro anos — tendência crescente na Comissão — poderá inviabilizar o parlamentarismo, com o refluxo dos parlamentaristas "anti-Sarney" para o presidencialismo, integrantes desse grupo pretendem deflagrar uma negociação com o Presidente de forma a garantir-lhe cinco anos em troca do novo sistema.

Eram sete opções: 1 — Quatro anos de mandato e parlamentarismo após Sarney (17 votos); 2 — Cinco anos e parlamentarismo após Sarney (33 votos); 3 — Seis anos de mandato com mais um no presidencialismo e dois no parlamentarismo (5 votos); 4

— Cinco anos de mandato com mais um no presidencialismo e um no parlamentarismo (9 votos); 5 — Cinco anos com parlamentarismo-já (6 votos); 6 — Quatro anos e parlamentarismo já (17 votos); e 7 — Seis anos de mandato com mais dois no presidencialismo e um no parlamentarismo (nenhum voto).

A negociação a partir da pesquisa tem o apoio do Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, que disse ser possível um acordo na Sistematização: cinco anos de mandato em troca da transição para o parlamentarismo. Sant'Anna, que esteve ontem com Sarney, frisou, contudo, que esse acordo não valeria no plenário.